

**Livro de Atas**

**Book of Proceedings**

**2º Encontro de Acessibilidade e  
Inclusão na Arte e no Património**

**2<sup>nd</sup> Meeting for Accessibility and  
Inclusion in Art and Heritage**

**24 e 25 de junho de 2022**

**24th and 25th of June 2022**



# Livro de Atas

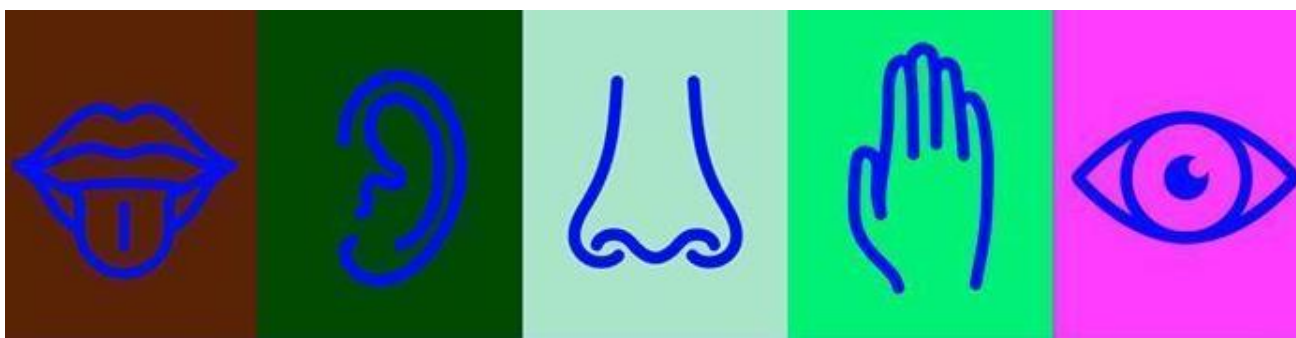
## Book of Proceedings

# 2º Encontro de Acessibilidade e Inclusão na Arte e no Património

## 2<sup>nd</sup> Meeting for Accessibility and Inclusion in Art and Heritage

24 e 25 de junho de 2022

[acessibilidade.evento@gmail.com](mailto:acessibilidade.evento@gmail.com)



**Ficha Técnica | *Technical Data***

Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes (CIEBA), Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa

**Livro de Atas**

II Encontro de Acessibilidade e Inclusão na Arte e no Património

**Book of Proceedings**

*2<sup>nd</sup> Meeting for Accessibility and Inclusion in Art and Heritage*

**Organização e Edição | *Organization and Editing***

Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa  
Largo da Academia Nacional de Belas-Artes, 1249-058 Lisboa  
Tel. [+351] 213 252 108  
comunicacao@belasartes.ulisboa.pt  
www.belasartes.ULisboa.pt

Museu da Farmácia Lisboa  
Rua Marechal Saldanha 1, 1249-069 Lisboa  
Tel.: [+351] 213 400 688  
museudafarmacia@anf.pt  
www.museudafarmacia.pt

**Coordenação Editorial | *Editorial Coordination***

Ana Bailão e Ana Sofia Neves

**Projeto de Design Gráfico | *Graphic Design Project***

Ana Sofia Neves, Inês Simões

**Paginação | *Pagination***

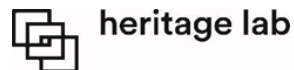
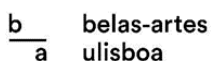
Ana Bailão e Ana Sofia Neves

**ISBN:** 978-989-9184-05-3

Março 2024

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores.

**Organização | *Organization***



**Apoio | *Support***



## ÍNDICE | TABLE OF CONTENTS

Comissões e Equipas   <i>Committees and Teams</i>	5
Lista de Autores e Co-Autores   <i>List of Authors and Co-Authors</i>	6
Apresentação	7
Presentation	8
Acessibilidade e Barreiras Físicas nos Teatros Nacionais São Carlos e D. Maria II: Diagnóstico e Propostas de Intervenção	9
Itinerarios Virtuales: El Acceso al Disfrute Patrimonial Sin Limitaciones: Una Herramienta de Accesibilidad Urbana	20
Ressignificando e (In)cluindo: Uma Visão do Colégio Cataguases Sob a Ótica da Inclusão, a Partir do Desenho Universal de Aprendizagem	28
Maletas Pedagógicas: Um Projeto de Inclusão	37
O Uso de Novos Materiais nas Intervenções para Acessibilidade no Patrimônio Cultural	48
Uma Revisão de Estratégias de Acessibilidade e Inclusão nos Museus	61
“Cultura para Todos Bragança”: Reflexões preliminares sobre a avaliação de acessibilidade de espaços culturais	75
O museu de todos e para todos: breve análise do acesso comunicacional na primeira década do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha	85
<i>Guardami</i> : um olhar poético no campo do videoperformance e da acessibilidade cultural.	96

## COMISSÕES E EQUIPAS | *COMMITTEES AND TEAMS*

### Comissão Organizadora | *Organizing Committee*

A Comissão Organizadora é composta por investigadores integrados e colaboradores do CIEBA da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, do CITAR da Universidade Católica Portuguesa e do Museu da Farmácia.

#### Membros | *Members*

Ana Bailão (FBAUL-CIEBA/UCP-CITAR)  
Ana Sofia Neves (FBAUL-CIEBA)  
Fernando Fadigas (FBAUL)  
Frederico Henriques (UCP-CITAR)  
Inês Simões (FBAUL)  
João Neto (Museu da Farmácia)  
Marta Aleixo (FBAUL-CIEBA)  
Maria Teresa Sabido (FBAUL)  
Patrícia Mendes (FBAUL)

#### Comissão Científica | *Scientific Committee*

Cristina Azevedo Tavares (FBAUL-CIEBA)  
Eduardo Duarte (FBAUL-CIEBA)  
Fernando António Baptista Pereira (FBAUL-CIEBA)  
Patrícia Roque Martins (FCSH-IHA)  
Viviane Panelli Sarraf (IEB-USP/FAPESP/PUC-SP)

#### Comissão Técnica | *Technical Committee*

Ana Carvalho (FBAUL)  
Ana Rita Monteiro (FBAUL)  
Beatriz Clemente (FBAUL)  
Filipa Lopes (FBAUL)

#### Moderadores | *Moderators*

Ana Sofia Neves (FBAUL-CIEBA)  
Gonçalo Magano (Spira – Revitalização Patrimonial)  
João Neto (Museu da Farmácia)  
Patrícia Roque Martins (FCSH-IHA)

#### Sessão de Abertura | *Opening Session*

Ana Bailão (FBAUL-CIEBA/UCP-CITAR)  
Ilídio Salteiro (FBAUL-CIEBA)  
João Neto (Museu da Farmácia)  
Luís Jorge Gonçalves (FBAUL-CIEBA)

#### Interpretes de Língua Gestual Portuguesa | *Portuguese Sign Language Interpreters*

Ana Rita Coutinho  
Maria João Peixoto  
Márcio Antunes

#### Técnico de Transmissão | *Broadcast Technician*

Vítor Andrade (FBAUL)

**LISTA DE AUTORES E CO-AUTORES | LIST OF AUTHORS AND CO-AUTHORS**

Alessandra Furtado de Oliveira  
Alice Alves  
Ana Bailão  
Ana Prada  
Ana Sofia Neves  
André Pinho  
Carlos Vargas  
Carolina Martins  
Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa  
Cláudia Martins  
Daniel Moraes Siqueira Souza  
Daniela Martins  
Daniella Forchetti  
Desirée Nobre Salazar  
Eugénia Mendes  
Fátima Alves  
Fernando Sousa  
Francisca Ferreira Michelin  
Francisco Providência  
Frederico Henriques  
Ingrid Freitas  
Jacqueline de Faria Barros  
Joana Casca  
Joelma Hemenegilda Sena  
José Peral-López  
Leonor Amaral  
Libéria Rodrigues Neves  
María-Pilar Molina-Torres  
Mário Bruno Pastor  
Mercedes Molina-Liñán  
Patrícia Alexandra Sousa  
Patrícia Mendes  
Pedro Fidalgo  
Rita Pires dos Santos  
Roberto Vaz  
Rosana Santana dos Reis  
Ruth Maria Mariani Braz  
Sarah Almeida  
Tânia Vilhena

## APRESENTAÇÃO

Na primeira edição, em 2021, o Encontro integrou o evento temático, o Ciclo de Conferências “Encontros no Largo das Belas-Artes”, organizado pelo Grupo de Investigação e Estudos em Ciências da Arte e do Património “Francisco de Holanda”, do CIEBA. Neste foram abordados diversos temas relacionados com a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência à arte e ao património, bem como estratégias de inclusão dos públicos num âmbito social.

A 2ª edição do encontro **Acessibilidade e Inclusão na Arte e no Património** é uma iniciativa da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e do Museu da Farmácia. Tem como objetivo ser um espaço de discussão e troca de ideias, reunindo trabalhos associados à acessibilidade à arte e ao património cultural. Divulgando estratégias que visam melhorar o acesso e a inclusão dos diversos públicos, nomeadamente de públicos com deficiência, ao património.

Este livro de atas reúne nove artigos. São abordados temas associados à teoria e legislação sobre acessibilidade e inclusão no património; avaliação da acessibilidade nos museus; experiências multissensoriais em museus e monumentos e ainda o desenvolvimento de produtos que promovam acessibilidade em museus.

O Encontro contou com a participação de investigadores e profissionais da área provenientes de várias instituições nacionais e internacionais. A quem a Comissão Organizadora gostaria de agradecer o envolvimento.

**Pela Comissão Organizadora**

*Ana Sofia Neves e Ana Bailão*

## **PRESENTATION**

In the first edition, in 2021, the Meeting was part of the thematic event, Conference Cycle “Meetings in Largo das Belas-Artes”, organized by the Research and Studies Group in Sciences of Art and Heritage “Francisco de Holanda”, from CIEBA. It addressed various topics related to the accessibility and inclusion of people with disabilities to art and heritage, as well as strategies for the inclusion of audiences in a social context.

The 2nd edition of the **Accessibility and Inclusion in Art and Heritage** meeting is an initiative of the Faculty of Fine Arts of the University of Lisbon and the Pharmacy Museum. It aims to be a space for discussion and exchange of ideas, bringing together works associated with accessibility to art and cultural heritage. Disseminating strategies aimed at improving access and inclusion of different audiences, namely those with disabilities, to heritage.

This book of proceedings brings together nine articles. Topics associated with theory and legislation on accessibility and inclusion in heritage are addressed; assessment of accessibility in museums; multisensory experiences in museums and monuments and also the development of products that promote accessibility in museums.

The Meeting was attended by researchers and professionals from the field from various national and international institutions. Whom the Organizing Committee would like to thank for their involvement.

**On behalf of the Organizing Committee**

*Ana Sofia Neves e Ana Bailão*

## **“CULTURA PARA TODOS BRAGANÇA”: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DE ESPAÇOS CULTURAIS**

### **“CULTURE FOR ALL BRAGANÇA”: PRELIMINARY REFLECTIONS ON ASSESSING THE ACCESSIBILITY OF CULTURAL VENUES**

**Cláudia Martins <sup>(1)</sup>; Ana Prada <sup>(2)</sup>; Eugénia Mendes <sup>(3)</sup>; João Rocha<sup>(4)</sup>; Jorge Santos <sup>(5)</sup>;  
André Pinho <sup>(6)</sup>**

<sup>(1)</sup> Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação; Centro de Investigação em Educação Básica, IPB; Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro; Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa, Grupo de Investigação em Estudos de Tradução e Receção; cludiam@ipb.pt

<sup>(2)</sup> Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação; Centro de Investigação em Educação Básica, IPB; raquelprada@ipb.pt

<sup>(3)</sup> Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Saúde; maria.mendes@ipb.pt

<sup>(4)</sup> Instituto Politécnico de Bragança; Escola Superior de Tecnologia e Gestão; jrocha@ipb.pt

<sup>(5)</sup> Instituto Politécnico de Bragança; Escola Superior de Tecnologia e Gestão; jsantos@ipb.pt

<sup>(6)</sup> Instituto Politécnico de Bragança; Escola Superior de Educação;  
andrepinhoarc@gmail.com

## **RESUMO**

A preocupação com a acessibilidade e inclusão de diferentes públicos em espaços culturais tem sido foco de atenção crescente. É neste contexto que surge o “Cultura para Todos Bragança”, projeto do Município de Bragança, com financiamento regional do programa NORTE 2020 (NORTE-07-4230-FSE-000058), cuja execução esteve a cargo do Instituto Politécnico de Bragança. Com o estudo descrito neste artigo pretende caracterizar-se as condições de acessibilidade de cinco espaços culturais dependentes da Câmara Municipal de Bragança. Para a recolha de dados recorreu-se à matriz da Direção Geral do Património Cultural (2021) e à observação não participante de visitas orientadas pelos técnicos, complementada por entrevistas semiestruturadas, medições e registos fotográficos. Os resultados apontam para a existência de barreiras na acessibilidade física, sensorial, intelectual e emocional. Urge capacitar os profissionais que atuam nos diferentes setores dos espaços culturais para as questões da acessibilidade, assegurando serviços inclusivos para pessoas com deficiência e incapacidade.

**Palavras-chave:** inclusão; acessibilidade; património cultural; deficiência e incapacidade; acessibilidade.

## ABSTRACT

There is a growing concern with accessibility and inclusion towards different audiences in cultural venues. It was in this context that “Culture for All Bragança” was born, a project of the Municipality of Bragança with funding by the programme NORTE 2020 (NORTE-07-4230-FSE-000058) that was being implemented by Polytechnic Institute of Bragança. In this paper, we aim to describe the accessibility conditions of five cultural venues of the City Council. In order to collect data, we resorted to the matrix created by the General Direction of Cultural Heritage (*Direção Geral do Património Cultural*, 2021) and the non-participant observation of guided visits in the abovementioned venues conducted by members of staff. Our methodological approach was also complemented by semi-structured interviews, measuring and photo records. The results point to the existence of barriers, especially in terms of physical, sensory, intellectual and emotional accessibility. It is essential to empower the professionals that work in cultural spaces for the issues of accessibility, ensuring inclusive services for people with disabilities.

**Keywords:** inclusion; accessibility; cultural heritage; disability and impairment; assessment of accessibility conditions.

## INTRODUÇÃO

A publicação de documentos internacionais e nacionais sobre a acessibilidade e a inclusão permitiram a crescente presença de diferentes públicos em espaços culturais, sobretudo, devido ao reconhecimento do direito à fruição e participação equitativa na cultura das pessoas com deficiência e incapacidade (PcDI).

É neste contexto que surge o “Cultura para Todos Bragança”, projeto do Município de Bragança, com financiamento regional do programa NORTE 2020 (NORTE-07-4230-FSE-000058), cuja execução esteve a cargo do Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Esta iniciativa teve como objetivos gerais (i) suprimir ou minimizar obstáculos no acesso aos espaços culturais e (ii) promover o acesso à cultura e à arte de cidadãos com deficiência e incapacidade sensorial (visual ou auditiva) e intelectual. Para cumprir estes objetivos, o projeto englobou sete ações, entre as quais o diagnóstico da acessibilidade de cinco espaços culturais em Bragança, a criação de recursos destinados aos públicos preferenciais, a adaptação de espetáculos ao vivo e a produção de recursos táteis. Nesta sequência, o estudo descrito neste artigo visa caracterizar as condições de acessibilidade destes espaços culturais abrangidos pelo projeto.

Em termos de estrutura o presente artigo organiza-se da seguinte forma: no primeiro momento explora-se o construto de acessibilidade em espaços culturais; no segundo momento é clarificada a metodologia, com referência aos instrumentos utilizados, ao procedimento na recolha e à análise dos dados; no terceiro momento são apresentados e discutidos os resultados obtidos e, por fim, as considerações finais do estudo realizado.

### **ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS CULTURAIS**

A acessibilidade é uma condição imprescindível para que todos os cidadãos possam ter a oportunidade de participar nos espaços culturais com a maior independência possível, segurança e conforto.

Em Portugal, à luz do Decreto-Lei nº 163/2006, a acessibilidade é entendida como:

*um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito. (p. 5670)*

No âmbito do acesso aos espaços culturais, Dodd & Sandel (1998) propõem oito dimensões: acesso físico, acesso à informação, acesso emocional, acesso financeiro, acesso à tomada de decisões, acesso intelectual, acesso sensorial e acesso cultural. O acesso físico remete para a eliminação de barreiras físicas e para a sinalização de potenciais obstáculos à livre circulação no interior e no exterior dos espaços culturais. O acesso à informação diz respeito à forma como são publicitadas as atividades, as exposições e os serviços. Inclui a forma como é estabelecida a comunicação com a comunidade e outras audiências, bem como o desenvolvimento de serviços educativos nos espaços culturais. O acesso emocional engloba a adequação do ambiente dos equipamentos, tornando-os convidativos e amigáveis. Reconhece igualmente a importância da sensibilização e formação dos funcionários dos espaços culturais. O acesso financeiro inclui a adequação dos preços praticados pelos espaços culturais para públicos financeiramente menos privilegiados, como é frequentemente o caso das PcDI, dos seus assistentes ou acompanhantes. O acesso à tomada de decisões contempla a consulta da opinião de diversos visitantes com diferentes tipos de deficiência e de parceiros externos, incluindo organizações, associações ou instituições de apoio a PcDI. O acesso intelectual remete para a preocupação em adequar

os espaços culturais às pessoas com baixa literacia e pouco alfabetizadas para que possam compreender os equipamentos e as exposições. O acesso sensorial reconhece a necessidade de desenhar as exposições e as ações dos equipamentos culturais de modo a que estas potenciem o envolvimento e a participação dos visitantes, assegurando a disponibilização de variados meios de mediação. O acesso cultural requer a garantia de que as coleções e as exposições são relevantes e do interesse de diferentes públicos.

Apesar da inegável relevância da promoção da acessibilidade, esta continua ainda a ser encarada como uma questão física e arquitetónica. A conceptualização proposta por Dodd e Sandel (1998), apesar de datada, reflete a crescente preocupação pelo reconhecimento da diversidade de visitantes nos espaços culturais, sendo fulcral esta consciencialização para a erradicação de potenciais barreiras, que não comprometam o significado e o impacto da experiência.

## **METODOLOGIA**

Para dar resposta ao objetivo acima delineado, adotou-se uma metodologia de natureza descritiva, cruzando a recolha de dados quantitativos (por meio da matriz da Direção Geral do Património Cultural, DGPC, desde então extinta) com a análise de dados qualitativos (através de entrevistas aos responsáveis dos equipamentos culturais e a observação não participante de visitas com PcDI). A avaliação das condições de acessibilidade dos cinco espaços culturais abrangidos pelo projeto concretizou-se em duas etapas.

A primeira etapa decorreu durante os meses de novembro a dezembro de 2021. Durante este período, a equipa científica realizou visitas a estes espaços para aferir as suas condições de acessibilidade, com base na matriz disponibilizada pela DGPC (2021). Esta matriz foi criada a partir do Decreto-Lei n.º 163/2006 atualmente em vigor em Portugal, o qual implementa e regulamenta o Regime de Acessibilidade dos edifícios públicos e privados. A matriz permite avaliar as condições de acessibilidade de espaços culturais, como museus, monumentos e palácios, podendo, contudo, ser aplicado a outras instituições. A matriz encontra-se organizada em 10 itens, a saber: 1. Edifício; 2. Localização; 3. Exposições (permanentes e temporárias); 4. Comunicação; 5. Segurança; 6. Consultoria; 7. Formação; 8. Emprego; 9. Avaliação e 10. Gestão. Importa referir que os três primeiros itens foram avaliados mediante observação direta, apoiada em medições e registos fotográficos. Os

demais itens foram aferidos através da realização de uma entrevista com os responsáveis do espaço cultural ou outros membros da Câmara Municipal de Bragança designados para o efeito. Foi atribuída a pontuação de 2 quando o espaço cumpria a 100% com o exigido, a pontuação de 1 se o cumprimento fosse parcial e a pontuação de 0 se não houvesse cumprimento. Foi ainda atribuída a designação de NA quando o item não era aplicável ao espaço cultural em análise. Desta forma, foi possível calcular as percentagens de cumprimento das normas de boas práticas (CNBP).

Numa segunda etapa, durante o mês de fevereiro de 2022, prosseguiu-se com a observação não participante de visitas orientadas pelos técnicos destes espaços a consultores com deficiência e incapacidade intelectual (6 consultores), visual (4 consultores) e auditiva (4 consultores), complementada por entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. Os consultores foram identificados através de contactos pessoais e de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Todos aceitaram participar de forma voluntária, tendo sido explicados os objetivos e solicitada autorização formal para a sua participação e gravação das entrevistas. Foi acautelada a garantia da confidencialidade dos dados e a possibilidade de abandonar o estudo a qualquer momento. As visitas realizadas com os consultores com deficiência auditiva foram acompanhadas de 4 intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (LGP), responsáveis pela mediação entre todos os intervenientes.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste trabalho é omitida a designação dos espaços culturais, sendo os mesmos doravante designados por “E” e acompanhados de um número (E1, E2, E3, E4 e E5). Os espaços culturais foram inaugurados entre 2004 e 2019. O E1 foi inaugurado em 2008 e é um equipamento do século XVII, enquanto o E2 foi criado em 2013 e integra o piso superior de um edifício já existente, com funções diferentes. No que se refere ao E3, este foi inaugurado em 2019 e criado com base num espólio existente previamente num outro espaço. Quanto ao E4, este equipamento foi inaugurado em 2007 e instalado num edifício na cidadela de Bragança, que foi remodelado para o efeito. Por fim, o E5 foi construído propositadamente para o efeito e inaugurado em 2004. De salientar ainda que os edifícios E2 e E4 são inacessíveis a pessoas com mobilidade reduzida.

“Cultura para Todos Bragança”: Reflexões preliminares sobre a avaliação de acessibilidade de espaços culturais

Na Tabela 1, apresenta-se a percentagem de CNBP com base na matriz da DGPC (2021) nos espaços culturais analisados, em particular uma avaliação global e uma para cada espaço. Note-se que a percentagem de CNBP varia de 20% a 48% (Tabela 1), registando-se os valores médios mais baixos nos itens 6, 8 e 7, referentes, respetivamente, à Consultoria, Emprego e Formação. Os itens com valores médios mais altos foram o item 9 – Avaliação e o item 5 – Segurança.

	E1	E2	E3	E4	E5	Ponderação Global
1 – Edifício	44%	31%	36%	12%	48%	34%
2 – Localização	50%	42%	20%	31%	28%	34%
3 – Exposições	37%	17%	40%	40%	NA	34%
4 – Comunicação	40%	13%	4%	12%	36%	21%
5 – Segurança	54%	23%	42%	27%	62%	42%
6 – Consultoria	17%	0%	0%	0%	0%	3%
7 – Formação	13%	4%	2%	4%	24%	9%
8 – Emprego	0%	0%	0%	0%	40%	8%
9 – Avaliação	57%	42%	16%	45%	60%	44%
10 – Gestão	35%	17%	35%	17%	56%	32%
% CNBP Final	36%	31%	23%	20%	48%	

**Tabela 1** - Acessibilidade dos cinco espaços culturais com base da matriz da DGPC (2021). CNBP – cumprimento das normas de boas práticas. Fonte: Elaboração própria

Tal como consta da Tabela 1, no item 1 – Edifício, obteve-se um valor médio de CNBP de 34%. Desta análise ressalta a identificação de um percurso com obstáculos até à entrada do edifício como plintos, sendo igualmente comum a presença de passeios com dimensão e altura inadequadas, bem como a existência de mobiliário urbano e de pavimento irregular. Verifica-se também a ausência ou má legibilidade das instruções de operação das portas (como o puxar/empurrar). Excetuando um dos espaços avaliados, nos demais verificou-se a ausência de balcão de atendimento ou, quando existente, com altura ou profundidade inadequadas. Apenas um espaço cultural cumpre na totalidade as normas de acessibilidade das instalações sanitárias. Nos espaços culturais analisados, também não existe uma área de descanso para cães de assistência. Quando existentes os elevadores não têm informação áudio que permita identificar, por exemplo, a subida/ descida e o piso de chegada. Dois espaços culturais (E2 e E3) são inacessíveis para pessoas com mobilidade reduzida, sendo

de realçar a existência de um parco espaço para a circulação no interior do E3 e em ambos a ausência de elevador/ ascensor/ plataforma elevatória que permita o acesso a pisos superiores dos edifícios.

Relativamente aos aspetos relacionados com o item 2 – Localização, o valor médio de CNBP foi de 34% (cf. Tabela 1). Face a este item cabe mencionar que três espaços culturais não são facilmente identificáveis (por exemplo, devido à ausência ou má legibilidade do telão). Em nenhum dos espaços analisados existiam mapas simples, colocados em locais bem visíveis (i.e. “Você está aqui”), nem plantas em relevo ou materiais e maquetes táteis dos edifícios e, quando necessário, para as exposições.

O item 3 – Exposições só foi possível avaliar em quatro espaços culturais, já que num deles não existem exposições permanentes nem temporárias, por ser uma instituição de diferente natureza. O valor médio de CNBP foi de 34% (vide Tabela 1). Não se constatou a existência de informação em audioguias ou videoguias, dispositivos de amplificação de som, legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), audiodescrição (AD) e interpretação em LGP, nem a complementação destes com textos impressos em braile, em letra ampliada e em linguagem fácil ou simples, em nenhum dos espaços culturais avaliados. Também não se verificou a identificação de peças relevantes passíveis de exploração ou de lupas para a observação da exposição, réplicas das peças ou de pormenores, imagens em relevo ou maquetes. Averiguou-se ainda o não envolvimento das PcDI como consultores aquando da criação dos textos das exposições.

No que concerne ao item 4 – Comunicação, o valor médio de CNBP foi de 21% (vd. Tabela 1). À exceção de um espaço cultural, as páginas web não estão adaptadas às diretrizes W3C/WCAG 2.0. Também não existem visitas virtuais, nem informação sobre a acessibilidade dos espaços na página web. Importa também realçar a ausência de informação em LSE, AD, braile, linguagem fácil e simples e interpretação em LGP. Denota-se ainda a carência de material de divulgação diversificado, para além do uso de folhetos e textos de parede. Os espaços culturais têm o potencial para atuar como agentes de mudança social e contribuir para o combate à desigualdade e à exclusão social das PcDI. Não obstante, do levantamento efetuado nos espaços em análise, nenhum oferece programação cultural específica para estes públicos. Também não existe uma lista de contactos de associações e instituições representativas de PcDI e de potenciais visitantes.

## “Cultura para Todos Bragança”: Reflexões preliminares sobre a avaliação de acessibilidade de espaços culturais

Em relação ao item 5 – Segurança, o valor médio de CNBP foi de 42% (cf. Tabela 1). De um modo geral, destaca-se a inexistência de sistemas de emergência com aviso visual, para além dos alertas sonoros, bem como de cadeiras de evacuação de emergência para pessoas com mobilidade condicionada. Também não existem planos de formação para que os colaboradores possam apoiar PcDI e com mobilidade condicionada em situações de emergência.

Face ao item 6 – Consultoria, o valor médio de CNBP foi de 3% (ver Tabela 1), sendo comum nos espaços culturais analisados a ausência de envolvimento de grupos consultivos que incluam PcDI e associações representativas para analisar questões de acessibilidade, planear e concretizar as ofertas culturais e a divulgação pública das melhorias aplicadas.

O valor médio de CNBP no item 7 – Formação foi de 9% (vide Tabela 1), o que nos permite aferir a não integração de ações relacionadas com diversidade funcional, acessibilidade e inclusão em espaços culturais, nos planos de formação dos colaboradores.

O item 8 – Emprego obteve um valor médio de CNBP de 8% (cf. Tabela 1), sendo de realçar a inexistência de PcDI no grupo de colaboradores, bem como a ausência de um serviço de voluntariado que as inclua.

No que concerne ao item 9 – Avaliação, o valor médio de CNBP foi de 9% (ver Tabela 1). Averiguou-se a existência de uma avaliação interna regular por meio de relatórios de atividades que abrange os serviços, bens e equipamentos, mas que descara as questões da acessibilidade. Foi também evidente que a avaliação externa está dependente de auditorias. Verificou-se igualmente a pouca diversificação de formas de avaliação (embora em alguns espaços culturais existam livros de elogios e questionários através códigos QR), bem como de divulgação dos resultados e das recomendações junto da comunidade.

Relativamente ao item 10 – Gestão, o valor médio de CNBP foi de 42% (Tabela 1), sendo notória a inexistência de um plano de acessibilidade (que foi realizado no contexto do projeto) e a ausência de parcerias no âmbito da implementação e avaliação de soluções de acessibilidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através deste estudo foi possível avaliar as condições de acessibilidade de cinco espaços culturais abrangidos pelo projeto. Desta análise constata-se que dois espaços são

inacessíveis a pessoas com mobilidade reduzida e que nenhum dos espaços avaliados cumpre 50% das CNBP. É ainda de realçar a existência de barreiras não só ao nível da acessibilidade física, mas também sensorial, intelectual e emocional. É imperioso consagrar as múltiplas necessidades dos visitantes, quer no acesso ao edifício e às exposições, atividades ou eventos, quer em garantir a fruição da experiência em todos os setores do espaço cultural. Considera-se, por conseguinte, necessária uma intervenção urgente no sentido de melhorar o cumprimento das condições de acessibilidade.

Neste processo de avaliação, é de realçar a adequabilidade da matriz da DGPC (2021). Acresce igualmente referir que as visitas com os consultores com deficiência e incapacidade possibilitaram recolher dados adicionais que corroboram a identificação prévia de barreiras. Urge envolver regularmente grupos consultivos, que incluam PcDI, a fim de analisar as questões de acessibilidade e a programação da oferta nos espaços culturais. É também de sublinhar que, na adaptação dos espaços culturais, importa consagrar as necessidades das PcDI e reconhecê-las como protagonistas num processo de cocriação de recursos.

As reflexões esboçadas neste artigo apontam para a urgência na capacitação dos profissionais que atuam nos diferentes espaços culturais para as questões da acessibilidade e inclusão para proporcionar um ambiente mais inclusivo, convidativo, amigável e emocionalmente mais positivo.

## **BIBLIOGRAFIA**

Direção Geral do Património Cultural. (2021). *Matriz Diagnóstico de Acessibilidade*. Retirado de: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2021/12/06/Matriz\\_Acessibilidade\\_6\\_12\\_2021.xlsx](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2021/12/06/Matriz_Acessibilidade_6_12_2021.xlsx)

Decreto-Lei n.º 163/2006. *Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais*. Diário da República n.º 152 série I, pp. 5670-5689. 8 de agosto de 2006. Retirado de: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2006-108253479>

Dodd, J. & Sandell, R. (1998). *Building Bridges*. Museums & Galleries Commission.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os bolsеiros de investigação que colaboraram connosco: André Pinho; Ingrid Freitas; Joana Casca; José Luís de Castro; Lénira do Rosário; Marta Ochoa; Roberto Ivo Castro; Sarah Almeida. Uma palavra de especial apreço a todos os nossos consultores com deficiência e incapacidade: América Couto; Bruno Antão; Diogo Carvalho; Filipa Vaz; Francisco Alves; Ivone Sandra Martins; Lúcia Pereira; Luciano Ferreira; Marisa Afonso; Marco Afonso; Miguel Sifrósio; Mónica Santos; Nuno Rodrigues; Paulo Sá.

## BREVE BIOGRAFIA

**Cláudia Martins** é doutora em Tradução com tese sobre a acessibilidade museológica para pessoas com deficiência visual. Tem mestrado em Terminologia e Tradução e licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Ingleses e Portugueses, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Leciona na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança desde 2001, na área das línguas estrangeiras e dos Estudos de Tradução. Os interesses académicos abrangem a Linguística Aplicada, Terminologia, Tradução Audiovisual e Acessibilidade cultural.